Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso Especial
1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF
CORREIOS

Ano XVI - nº 53
Novembro de 2008

César Asfor Rocha,
presidente do STJ

Articulação
para o Plano de Carreira

...tudo que é sólido

A crise dos mercados começou na tal "bolha" imobiliária dos Estados Unidos e atingiu o coração do Sistema em cheio. Contamina a Europa, chega a economia produtiva real, enxuga o crédito, infla o pânico. A lógica desse Sistema é a do lucro a qualquer custo (valores humanitários são desprezados em nome do mais no menor tempo possível e dane-se o resto). A contradição, agora, é que se clama por "solidariedade" e "altruísmo compreensivo" para que não se desmonte a pedra angular que sustenta a abstração virtual dos ganhos: a confiança. E aí? Se eles praticam o "pau na máquina" e são impiedosos para competir, vencer, dominar, submeter e, um dia, falham, como inverter tal cultura para um clima generoso de compaixão e ajuda? Recorrer ao Estado, antes exorcizado como inibidor da "autonomia liberal"? Clamar tardiamente por regulação socializando o ônus e embolsando o bônus? Enfim, eis uma crise cultural em sua essência. De princípios, opções de desenvolvimento, modelo de sociedade, padrões de consumo, relações pessoais e com o meio ambiente. Uma crise da vida em colapso. E vida revida. Confiança é um capital político, imaterial, sutil, aparentemente emocional e frágil, mas sustenta ou uma farsa ou uma verdade. Sem crédito ainda sobreviveremos (refazendo o modelo), mas sem credibilidade eles desmancham no ar, pulverizados pela mesma arrogância, isolamento e ganância que os sustentavam.

desmancha no ar...

QUER UM NOVO PLANO DE CARREIRA?

FILIE-SE AO SINDJUS,

porque tem credibilidade e competência para dirigir a luta de todos os servidores do Judiciário e do MPU.

CÍCERA FERNANDA DE ARAUJO MAGALHAES
Analista - STF
Filiada há quatro anos

EXTREMA

SINDJUS

CAMPANHA DE FILIAÇÃO 2008

QUER UM NOVO PLANO DE CARREIRA?

FILIE-SE AO SINDJUS,

que une toda a nossa categoria e aumenta nosso poder de negociação por um futuro melhor.

MÁRIO ORLANDO FIGUEIREDO JR
Analista - STJ
Filiado há oito anos

EXTREMA

SINDJUS

CAMPANHA DE FILIAÇÃO 2008

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

AO LEITOR

A saída é fortalecer o serviço público

Roberto Policarpo
Coordenador-geral
do Sindjus

Muito tem se especulado sobre os efeitos da crise financeira, desde o cancelamento de concursos públicos até que o congelamento de salários. No entanto, existe muito de terrorismo nisso tudo. E não podemos permitir que a crise econômica mundial seja pretexto para arrochos salariais, impedindo outras conquistas. O próprio presidente Lula afirma que "tudo vai continuar acontecendo neste país. Se o Brasil tiver que passar por algum aperto, ele será muito pequeno". De fato, o Brasil se preparou para uma crise como esta. Hoje, o mercado interno e a balança comercial dão sustentação à economia do país.

Mas as grandes instituições financeiras não vão querer pagar o preço desta crise e já espalham o discurso do medo, tentando minimizar suas responsabilidades e repassar o prejuízo. O que nós, servidores públicos, não podemos deixar é que nos dêem o papel de bodes expiatórios de uma crise que demonstra as falhas do sistema financeiro mundial e pede uma saída. Ao contrário, para que o Brasil não sofra maiores conseqüências desse fenômeno, é necessário fortalecer o Estado. E como se faz isso? Investindo no serviço público. Voltar os olhos para as carreiras de Estado é uma forma de se vacinar contra possíveis danos de uma crise que é dos banqueiros americanos, europeus... e não nossa!

Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, "o Brasil é um porto seguro" em meio à crise internacional e será uma das economias que será fortalecida a partir dessa crise. Nesse sentido, vamos continuar com o mesmo ímpeto em busca do nosso novo plano de carreira. O Sindicato também tem participado de negociações junto à Secretária de Orçamento Federal para que os recursos sejam otimizados e os servidores não sofram quaisquer prejuízos em face do terrorismo que se tem feito em torno desta crise. Não podemos cair no discurso de que a saída é cortar no funcionalismo público. Para defender a economia e o desenvolvimento brasileiro, a saída é fortalecer o serviço público. E nós temos que fazer a nossa parte defendendo uma carreira à altura de nossas atribuições. Conscientes de nosso papel, vamos nos manter unidos e engajados em nossa luta.

Para que o Brasil não sofra maiores conseqüências com a crise internacional, é necessário fortalecer o Estado. E como se faz isso? Investindo no serviço público. Essa é uma forma de se vacinar contra uma crise que é dos banqueiros americanos, europeus... e não nossa!

Exemplo a ser seguido

Estimulante a entrevista com o Diretor-Geral do STF, Alcides Diniz, veiculada na edição passada desta revista. Às vezes nos acomodamos. O senhor Alcides Diniz, por nunca ter cruzado os braços, conseguiu muito no que se refere ao desenvolvimento profissional. Um verdadeiro exemplo a ser seguido, em matéria de carreira.

André Costa – TRF-1

Articulação e diálogo

Acho muito importante esse trabalho conjunto de articulação, de aproximação e de diálogo com todas as esferas de poder realizado pelo Sindjus. A comissão interdisciplinar, criada pelo presidente do STF é uma vitória da mobilização do sindicato.

Geraldo Júnior – STJ

Aposentadoria

Muitos sonham com a aposentadoria achando que a rotina passará a ser um imenso descanso. No entanto, há uma vida intensa por detrás dos aposentados. E é esse universo que a matéria "Recomeço de vida" descortinou aos nossos olhares. De fato, a aposentadoria deve ser vista como um período rico em ações e atitudes.

Shirley Cavalcanti – TJDFT

Guias culturais

Eu não sabia que existiam obras de Marianne Peretti ao nosso alcance. É impressionante como a cultura da desinformação se enraizou em nosso cotidiano. Mas ainda bem que existem guias culturais, como este da revista Sindjus, que nos possibilita redescobrir um mundo mágico que está bem diante de nossos olhos.

Laís Marques – MPDFT

Tirando o chapéu

O que dizer de Gervásio Baptista, o repórter fotográfico que há 76 anos captura o cotidiano em suas lentes? Simplesmente, só me resta tirar o chapéu a ele. Eu nunca o vi pessoalmente, mas já vi muitas de suas fotos. Para os amantes da fotografia como eu, um patrimônio a ser tombado.

Sandro Lima – TST

Livros na rua

Levei um susto quando vi livros e mais livros enfileirados em estantes de aço nas paradas da W3 Norte. Logo pensei que era algum tipo de comércio ambulante. Depois, fui tomar conhecimento do projeto e achei maravilhoso. Já doei mais de quarenta livros para esse projeto que é exemplar.

Eduardo Carneiro – MPU

Gestão de carreira

O plano de carreira mudou a minha rotina. Agora, busco informações o tempo todo sobre o assunto e participo sempre dos eventos promovidos pelo sindicato. Dia desses, peguei-me em uma grande livraria aqui em Brasília perguntando ao vendedor sobre gestão de carreira. Acabei levando dois livros para casa.

Edna Gomes – TRT

Preservação do cerrado

Quando pensamos em desmatamento, logo imaginamos florestas imensas e nos eximimos de qualquer responsabilidade, já que estamos longe da Amazônia e da Mata Atlântica. No entanto, a luta pela preservação do cerrado, um dos espaços mais ricos da natureza, faz parte da vida de cada um de nós. E o cerrado pede socorro.

José Bernardes – TJDFT

Parabéns, José Geraldo

Agora o Sindjus tem o reitor de uma das instituições mais importantes de nosso país escrevendo em sua revista, colaborando com seus projetos. Isso demonstra a força de nosso sindicato e os benefícios de ser filiado. Sem dúvida alguma, é a pessoa certa para estar à frente da UnB. Parabéns José Geraldo!

Fabrício Matos – TSE

PARTICIPE!

Envie seus comentários ou sugestões de pauta para cartas@sindjusdf.org.br

CAPA: FOTO DE BRUNO PERES

Revista do **Sindjus**

Coordenação editorial
TT Catalão - Reg. Prof. 685-DF
Edição
Usha Velasco
Reportagem e redação
Daniel Campos
Thais Assunção
Revisão
Patcha Comunicação
Projeto gráfico e arte
Usha Velasco
Tiragem
12.000 exemplares

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF

SDS, Ed. Venâncio V, Bl. R, s. 108 a 114
CEP 70393-900 - Brasília-DF
PABX (61) 3224-9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores-gerais
Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

Coordenadores de Administração e Finanças
Berilo José Leão Neto (STJ)
Cledo de Oliveira Vieira (TRT)
Jailton Mangueira de Assis (TJDF)

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas
Eliza de Souza Santos Ávila (STF)
José de Oliveira Silva (TJDF)
Newton José Cunha Brum (TST)

Coordenação de Formação e Relações Sindicais
Carlos Alberto de Araújo Costa (TJDF)
Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Raimundo Nonato da Silva (STM)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer
Orlando Noleto Costa (TSE)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)

Direito de voto do preso provisório

Um direito fundamental, fruto de conquista da cidadania, o voto tem sido sistematicamente negado a uma parcela importante da sociedade, o preso provisório, que aguarda julgamento e que tem a seu favor a presunção de inocência. De fato, pelo menos 16 estados da Federação ignoram este direito previsto na Constituição, apesar de resolução favorável do TSE (nº 20.471/1999), em resposta à consulta formulada pelo TRE do Ceará "acerca da possibilidade de instalação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos penitenciários, a fim de que os presos provisórios tenham assegurado o direito de voto".

Trata-se, efetivamente, de um direito expresso na própria Constituição Federal (art. 15), que só prevê a perda ou suspensão de direitos políticos em caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos (III). Por sua vez, a Lei de Execução Penal (art. 3º) estabelece que "ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei".

Por esta razão, várias iniciativas têm sido adotadas em favor do voto do preso, destacando-se uma campanha nacional com apoio de várias entidades, entre elas a Associação dos Magistrados do Brasil – AMB, Instituto de Estudos Criminais do Estado do Rio de Janeiro – IECERJ, Instituto de Acesso à Justiça (RS) – IAJ, Pastoral Carcerária, Movimento da Magistratura Fluminense pela Democracia –MMFD, Justiça Global, Grupo Tortura Nunca Mais (RJ) e Pastoral Carcerária da Igreja Metodista. Na Europa discute-se o direito ao voto de todo e qualquer preso, uma vez que impedi-los de votar fere a Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

Um bem elaborado estudo nesse campo deve-se a Edivan Ismael dos Santos, servidora da Justiça Eleitoral em Brasília (aliás, associada ao Sindjus-DF). Trata-se de uma monografia de conclusão de curso de especialização em Direito Constitucional Eleitoral promovido pela Universidade de Brasília, com o título *O Voto do Preso Provisório: um direito negado*, que tive a oportunidade de orientar.

Em seu bem documentado trabalho a autora elabora uma cartografia de iniciativas adotadas para assegurar o voto do preso em vários estados – Pernambuco, Ceará, Amapá, Rio Grande do Sul, Maranhão e Amazonas – e identifica subterfúgios, se não por parte da Justiça Eleitoral, principalmente da área de segurança pública dos estados, muito comumente contrária ao implemento desse direito.

Em sua tomada de posição, Edivan dos Santos salienta que "a Justiça Eleitoral não pode se esconder atrás do argumento da inviabilidade técnica para negar direitos". Ela faz coro ao ponto de vista de Rodrigo Puggina, coordenador da Campanha Nacional pelo Voto do Preso, segundo o qual "os presos já se encontram em desigualdade perante as pessoas livres; se os proibirmos de votar, acabamos aumentando ainda mais essa desigualdade e, por conseguinte, enfraquecendo a democracia". Edivan demonstra, em seu estudo, que, nos estados que abraçaram a causa do direito de voto do preso provisório, verifica-se a integração entre vários órgãos públicos para a concretização adequada desse objetivo.

Conforme a sua conclusão, "ao defender-se o direito de voto do preso provisório, pretende-se, tão-somente, defender a aplicação dos princípios democráticos que são a base da nossa Constituição. Se houver igualdade no direito de voto, certamente outros direitos serão conquistados pelas minorias sociais, tornando real o conceito de estado democrático de direito defendido na legislação brasileira. Até que venha uma nova luta a ser travada pela garantia e ampliação dos direitos fundamentais."

Não é pouco levar a sério os direitos, como faz Edivan dos Santos, em boa medida apoiada nas teses de seu autor de predileção. E neste ano em que a Constituição celebra seus vinte anos, a autora, como Dworkin, mostra muita clareza em sustentar que a vitalidade de uma Constituição repousa na sua promessa de que todos os membros da comunidade política, tanto os mais fortes quanto os mais fracos, têm direito à mesma consideração e ao mesmo respeito.

ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Souza Júnior
Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o projeto "O Direito Achado na Rua"

"A Justiça Eleitoral não pode se esconder atrás do argumento da inviabilidade técnica para negar direitos. Os presos já se encontram em desigualdade; se os proibirmos de votar, acabamos aumentando ainda mais essa desigualdade e, por conseguinte, enfraquecendo a democracia."

BRUNO PERES

Articulação
para o Plano de Carreira

Daniel Campos

Vocacionado para o debate, como se auto-define, o presidente do STJ, ministro César Asfor Rocha, recebeu a *Revista do Sindjus* em seu gabinete para falar sobre a situação atual do Judiciário, a modernização desse Poder, o papel dos servidores em sua gestão e o novo plano de carreira da nossa categoria. De forma objetiva, o advogado de carreira, que chegou ao STJ em 1992, indicado pelo Conselho Federal da OAB, abordou a questão da celeridade, da transparência e da imagem errônea que a sociedade tem dos integrantes do Judiciário. Para ele, as pessoas não têm idéia do quanto se trabalha dentro do Superior Tribunal de Justiça.

Além de navegar pelos campos do intelecto jurídico, que já lhe renderam o lançamento de vários livros (entre eles *A luta pela efetividade da Jurisdição*, no qual defende a utilização dos instrumentos processuais para uma Justiça mais célere e eficaz), o presidente do STJ deixou claro sua posição favorável frente ao novo plano de carreira dos servidores, afirmando que irá ajudar na consolidação desse propósito, seja internamente ou na articulação junto aos outros poderes. Ao discorrer sobre a importância de manter aberto um canal de diálogo com o Sindicato, o ministro Asfor Rocha defendeu a interlocução como caminho a ser seguido.

O senhor tem uma vida marcada pela dedicação à advocacia e à magistratura. Depois de vinte anos de Constituição cidadã, de uma tentativa de reforma do Judiciário, qual é sua análise sobre a conjuntura que envolve o Judiciário brasileiro na atualidade?

Melhorou muito com a Constituição de 1988. A estrutura do Judiciário mudou muito. Houve a criação do STJ e dos cinco tribunais regionais federais, substituindo o Tribunal Federal de Recursos. E o STJ sendo criado como parte da competência do Supremo Tribunal Federal, que é aquela relacionada à uniformização de jurisprudência em matéria infraconstitucional. Depois, certas garantias que não estavam bem presentes na fase anterior à Constituição passaram a existir junto à magistratura e, sobretudo, aos jurisdicionados – garantias individuais, respeito à ampla defesa e os recursos a ela inerentes, a atribuição de uma gama enorme de direitos da cidadania, despertando a consciência do cidadão para defender e desfrutar desses direitos.

Como o senhor encara a pressão de diversos setores, como bancos e imprensa, em nome da celeridade do Judiciário?

A pressão é da sociedade e não de segmentos. A sociedade inteira formula pela celeridade do processo. Na verdade, a justiça tardia, como já dizia Rui Barbosa, é uma injustiça disfarçada. É um anseio presente em cada cidadão, não é só dos jurisdicionados, não só da parte, não só do advogado, nem somente da magistratura, mas de toda a sociedade, que anseia por uma justiça mais rápida. A morosidade é um mal que aflige o Judiciário no mundo inteiro, não é uma característica do Judiciário brasileiro. As pressões não são setorizadas, mas da sociedade como um todo. E são pressões justas, diga-se de passagem, porque o anseio é legítimo. Todo mundo tem que ter prestação jurisdicional mais rápida.

Mas há um antagonismo entre celeridade e segurança jurídica, não?

Há. Por isso a convivência é difícil. Dependendo do momento histórico, pres-

> **“É impossível realizar a prestação jurisdicional, os ministros julgarem, sem a cooperação e colaboração dos servidores. Sobretudo nesse volume de trabalho que temos, não existe o bloco do eu sozinho.”**

FOTOS: BRUNO PERES

tigia-se mais o princípio da segurança ou o da celeridade. Como são princípios, nós podemos fazer uma modulação, ora privilegiando um, ora outro. É diferente do que acontece em relação às normas jurídicas que, quando antagônicas, chocam-se: aplica-se uma, afasta-se a outra. Os princípios, ao contrário, podem ser conjugados.

Com a Constituição de 1988, com a redemocratização do país, o que se pretendia, na verdade, era prestigiar de uma forma quase estridente o princípio da segurança jurídica. Mas hoje já se percebe na sociedade um anseio muito grande por celeridade, sem, evidentemente, postergar os mais sagrados princípios das garantias da cidadania, como a ampla defesa e a presunção de inocência. E isso nós estamos vendo acontecer, com a adoção de uma série de instrumentos processuais.

Como o senhor vê essas novas formas de resolução de conflitos?

Com muita simpatia. Na verdade, além dos instrumentos tradicionais, que são ocorrentes do seio do processo judicial, há também meios alternativos de solução de conflitos, como, por exemplo, a arbitragem e a mediação, que são instrumentos mais exaltados. Nós não temos essa tradição no Brasil. Mas a cada momento se vê mais forte o movimento pela adoção desses novos instrumentos, que eu vejo com muita simpatia.

Mas essa fragmentação não é perigosa, visto que há a descentralização do papel do Estado?

Não, porque é uma experiência que tem sido válida, sobretudo em solução de conflitos entre grandes empresas. Percebe-se que os meios tradicionais de solução de conflitos, que são os processos judiciais, não têm sido suficientes para atender a todo esse anseio de celeridade na prestação jurisdicional.

O que é preciso fazer para modernizar o Judiciário sem que ele perca sua essência?

Várias medidas são necessárias. Primeiro, há a questão cultural. Os próprios juízes, e também todos os servidores, precisam se mover no sentido de tratar o processo com maior objetividade, livrando-se de certas amarras formais, de certos formalismos desnecessários. Depois, procurar virtualizar o processo. Não só informatizar, mas virtualizar mesmo. Em médio a longo prazo, tenho certeza de que vamos substituir o processo de papel pelo digital. Essa já é uma experiência colocada em uso em muitos juizados especiais. E, evidentemente, ter uma visão de modificação legislativa, para criar instrumentos que possam tratar, sobretudo, processos de massa com soluções de massa. Porque, se nós formos analisar individualmente os processos de massa, não vamos dar vazão a uma demanda cada vez mais crescente.

> **“Como presidente do STJ, a mensagem que eu puder dar para que nosso propósito (o novo plano de carreira) tenha êxito, darei.”**

Além dessa parte voltada para a tecnologia, o senhor enxerga a permanente capacitação dos servidores como um processo de modernização?

Isso tem se dado até mesmo por conta dos concursos públicos, cada vez mais seletivos, exigindo maior qualificação. Esse fato, por si só, melhora a qualificação dos servidores. E temos outros instrumentos, que são utilizados para os que já estão no Judiciário, como o aperfeiçoamento permanente dos servidores. Além de prestigiar, com muitos bons motivos, a carreira dos servidores, reconhecendo que o papel mais importante do Judiciário é o de oferecer Justiça.

Mas essa virtualização não causa um certo temor, seja na questão das atribuições dos servidores ou no caso de doenças como L.E.R.?

É estranho que haja esse temor, porque pode-se também ter L.E.R. com máquina datilográfica, até mesmo com a escrita manual. Ao contrário, a informatização exige uma maior qualificação do servidor e leva-o a ser utilizado em atividades mais nobres.

O senhor defende um Judiciário mais próximo da população?

Sempre defendi. E o que se percebe é que o Judiciário está contagiado por essa idéia. Primeiro, tem que ser absolutamente transparente. A prova maior dessa transparência é a TV Justiça, que transmite as sessões dos tribunais ao vivo. Isso é uma coisa que não ocorre em nenhum país do mundo. Segundo, ter que haver um oferecimento maior de visibilidade de todos os atos que são praticados, inclusive os administrativos. Até porque não há como esconder nada na sociedade atual; se você praticar algum ato escondido, um dia ele será descoberto. Além disso, a cultura dos juízes está em se afastar do que está nos autos, sensibilizando-se em relação aos anseios da rua. Não vamos julgar de acordo com o clamor coletivo, mas nos permitimos conhecer quais são as aspirações que estão nas ruas em relação a certos temas que estão mais perto da população.

Qual é a imagem que o senhor pretende implantar no Judiciário?

Uma imagem de absoluta transparência. Transparência na atividade judicante e administrativa. O STJ não tem nada a esconder. Eu pretendo estudar mais profundamente quais são todas as realidades administrativas do STJ, no que dizem respeito a pessoal, equipamentos e licitação,

> “Acho justa a reivindicação dos servidores do Judiciário, sobretudo quando comparam sua tabela salarial com a de outros poderes.”

além, evidentemente, da atividade fim. Uma completa a outra. O STJ não pode ter um bom desempenho no Poder Judiciário se não tiver uma estrutura administrativa que dê suporte a essa atividade fim.

E como o senhor pretende inserir os servidores nessa tarefa?

Prestigiando-os naquilo que for possível. Na melhoria de vencimentos, por exemplo. Nós precisamos, pelo menos, manter atualizado o poder aquisitivo dos servidores, e aperfeiçoá-los com o oferecimento de cursos e treinamentos. Enfim, prestigiando muito a carreira do Judiciário. Isso é fundamental, porque estabelece uma certa ordem e estimula que os servidores permaneçam na carreira.

O senhor é visto como um líder político entre os tribunais. De que maneira pretende canalizar essa liderança para trazer avanços para o Judiciário?

Não... Eu não me sinto um líder, embora agradeça a sua referência. Mas eu tenho o espírito aberto a manter contato, com uma relação harmoniosa com todos os poderes e também internamente, integrado com associações de classe, associações de servidores, de magistrados, OAB e também com o Ministério Público e suas associações. Essa harmonia, já que todos nós temos como anseio a prestação jurisdicional, será benéfica para que possamos aprimorar nossos serviços para melhor prestar a justiça ao cidadão.

Os servidores estão na luta por um plano de carreira. Como o senhor analisa esse processo de valorização?

Eu acho justa a reivindicação dos servidores do Judiciário, sobretudo quando eles comparam sua situação com a de outros poderes. Agora, temos que agir com dados consistentes, reconhecendo a dificuldade pela qual o país passa, sobretudo agora. Eu lamento muito que isso tenha acontecido no momento em que estou assumindo a presidência, mas não pouparei esforços para que possamos melhorar a remuneração dos servidores. Esse é um propósito que já foi externado pelo ministro Gilmar Mendes, tanto que ele já criou uma comissão para realizar estudos sobre o assunto.

O senhor vai promover uma interlocução na comissão e em outros poderes em prol das reivindicações dos servidores?

Eu posso falar como presidente do STJ, no que diz respeito ao STJ. Eu posso e deverei ter essa movimentação. Agora, no âmbito da comissão, serei uma voz a manifestar esse interesse. Mas a comissão é presidida pelo presidente do STF. Como presidente do STJ, a mensagem que eu puder dar para que nosso propósito tenha êxito, eu darei.

Quando essa discussão chegar ao Executivo e ao Legislativo, o senhor também vai ter essa movimentação?

Também.

Os servidores, então, podem contar com o seu apoio na luta por um novo plano de carreira?

Sem dúvida alguma.

Como a Justiça contribui para fomentar uma cultura de cidadania?

Em primeiro lugar, dando aplicação às leis. Em segundo, mantendo-se transparente para que a sociedade acompanhe o trabalho do Judiciário. Muitas críticas feitas à magistratura e ao Poder Judiciário são por desconhecimento. As pessoas não fazem idéia do volume de trabalho que temos. As pessoas não sabem o quanto os servidores do STJ trabalham. São tarefas árduas. Muitas vezes, eu mesmo, que costumo sair muito tarde do Tribunal, passo e vejo luzes acesas em diversos gabinetes. Essa é uma imagem que não é guardada pelo cidadão.

E o que é preciso fazer para reverter essa imagem?

Acho que nós devemos nos mostrar mais e ter a consciência de que somos prestadores de um serviço público que talvez seja o serviço mais relevante: a prestação jurisdicional.

Como o senhor avalia o apoio dos servidores nessa tarefa?

É absolutamente fundamental. É impossível realizar a prestação jurisdicional, é impossível os ministros julgarem sem a cooperação e a colaboração dos servidores. Sobretudo com esse volume de trabalho que temos, não existe o bloco do eu sozinho. Os servidores têm uma tarefa absolutamente fundamental no bom desempenho do Tribunal.

O senhor considera importante o diálogo com o Sindicato?

Considero. Eu sou uma pessoa naturalmente vocacionada para o diálogo. Acho que uma boa interlocução esclarece certos pontos. É evidente que há divergências. Mesmo entre as carreiras do Judiciário há divergências; mesmo entre as associações, por exemplo, no próprio âmbito da magistratura, há divergências. No entanto, há muitos pontos em comum; primeiro, a aspiração de prestar uma jurisdição correta, com a celeridade possível. Em segundo lugar, o melhor caminho para evitar o desentendimento é, realmente, a interlocução.

Que país é esse?

O Dia da Consciência Negra (20/11) é um marco para lembrar que ainda estamos muito distantes da igualdade racial

Thais Assunção

A probabilidade de um negro parar na prisão é 5,4 vezes maior que a de um branco, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas. A maioria dos analfabetos brasileiros é negra, nordestina, de baixa renda e está entre 40 e 45 anos, de acordo com Timothy Ireland, da Unesco.

Dados como esses mostram que é importante marcar o Dia da Consciência Negra. Não para comemorar, mas para lembrar quanta estrada ainda falta para chegarmos a um país igualitário, democrático, sem violência e com qualidade de vida – para negros, brancos e mestiços.

O Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) foi uma conquista do Movimento Negro Unificado, em 1978. A data foi escolhida por coincidir com a morte de Zumbi, líder do quilombo dos Palmares, em 1695, e também como contraponto ao 13 de maio, dia da abolição da escravatura.

Isso porque a abolição acabou ensinada nas escolas como uma espécie de "dádiva" da princesa Isabel, e não como o que realmente representou: o resultado de um processo histórico e da luta de gerações de negros pelo direito a uma vida digna.

Em 2003, o presidente Lula incluiu o Dia da Consciência Negra no calendário escolar e tornou obrigatório o ensino de história da África nas escolas. Entretanto, o ensino esbarra na qualidade dos livros didáticos, muito criticados. E a data chama a atenção para a triste realidade dos indicadores sociais.

ARTHUR MONTEIRO

OS NÚMEROS

A porcentagem de negros no total de analfabetos do Brasil é de

69,4%.

No Rio de Janeiro, segundo a FGV,

66,5%

do total de negros estão na cadeia.

Poucos na escola, muitos na prisão

Nas prisões do Rio de Janeiro, 66,5% são negros e pardos, contra 40,2% de negros e pardos na população carioca como um todo. São cerca de dez mil detentos, na maioria homens, jovens e com baixa escolaridade. Os dados são do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

A taxa de encarceramento entre brancos é de 76,8 por 100 mil habitantes; entre pardos, é quase o dobro (140 por 100 mil); entre negros, eleva-se para 421 por 100 mil. Isso significa que um negro tem cinco vezes mais chance de ser preso que um branco.

Em relação ao acesso à educação, 69,4% dos analfabetos são negros. Ou seja: dos 14,4 milhões de brasileiros que não lêem nem escrevem, dez milhões são negros ou pardos. O analfabetismo atinge 14% da população negra, contra 6,5% dos brancos (dados do IBGE, 2007).

Embora ainda represente uma realidade radicalmente desigual, o número de negros entre os estudantes de nível superior aumentou. Na faixa de 18 a 24 anos, 56% dos alunos são brancos e 22% negros. Há dez anos, essa distribuição era de 30,2% de brancos contra apenas 7,1% de negros e pardos.

MPF detecta desigualdade racial

Perfil racial e percepção do racismo no Ministério Público Federal: este é o título de uma pesquisa pioneira, que abordou a questão racial dentro de um órgão do serviço público. Solicitada pelo próprio MPF, ela foi coordenada por José Jorge de Carvalho, professor de Antropologia da UnB e um dos autores do sistema de cotas na universidade.

"O principal objetivo foi observar as condutas internas num órgão que defende o cidadão, e ver se ali existe alguma forma de racismo. Às vezes, a própria instituição não está preparada para conduzir e corrigir questões relacionadas à intolerância racial", explica José Jorge.

A iniciativa partiu da subprocuradora-geral da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho. Depois de acompanhar de perto a implantação do sistema de cotas, Ela Wiecko, que também é professora de Direito na UnB, desafiou uma equipe de servidores (Jorge Bruno Souza, Wilson Silva, Valéria Lima e Célia Tosta) a radiografar a realidade dos negros e pardos no Ministério Público Federal.

Os resultados mostram que os brancos representam 75% dos servidores, enquanto os negros são apenas 23% (os amarelos representam 3%). Nos cargos com poder de decisão, melhores salários e mais prestígio profissional, não existe um só negro; 84% são brancos, 14% são pardos e 2% amarelos. A pesquisa também apurou que 40% dos entrevistados conhecem casos de discriminação racial.

A conclusão imediata foi de que o MPF, que tem entre suas atribuições zelar pelo cumprimento do preceito constitucional da igualdade, não está constituído de modo igualitário sob o ponto de vista étnico-racial. "Constatamos um racismo institucional", afirma José Jorge.

Ele explica que os resultados da pesquisa apontam uma desigualdade étnico-racial tão consistente e estruturada que produz um efeito análogo a um planejamento estratégico de longo prazo: alta concentração de brancos e poucos negros nos cargos de importância.

Entre as conclusões da pesquisa (realizada por meio de questionários, durante todo o ano 2006) está a recomendação de que o MPF faça um reajuste em seu perfil racial. Segundo José Jorge, trata-se de efetuar um duplo ajustamento de conduta, interno e externo. No plano interno, as ações passam pela implementação de campanhas anti-racismo. O ajustamento externo dependerá da eficácia das campanhas internas pela igualdade.

A publicação da pesquisa está prevista para este mês. O texto estará no site da Escola Superior do Ministério Público (www.esmpu.gov.br).

DISTORÇÃO

No MPF, os brancos representam

75%

dos servidores, e os negros, apenas 23%. Nos cargos com poder de decisão, os brancos são

84%

e o número de negros equivale a

0%

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Servidores no MPF: segundo a pesquisa, realizada durante todo o ano de 2006, 40% conhecem casos de discriminação

José Jorge: "Geneticamente não há raças, mas socialmente elas existem"

Cotas, uma questão polêmica

Desde 2001 há uma discussão intensa em torno do sistema de cotas para negros. Adotada pela primeira vez na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a proposta ainda gera polêmica. Nem mesmo o governo parece saber que posição tomar, e permanece ambíguo sobre a questão. O ponto positivo é que a reserva de vagas gera um importante debate sobre o racismo.

Na UnB, o sistema de cotas foi implementado em 2004. O professor José Jorge de Carvalho, um dos autores da proposta, acredita que, em curto prazo, essa é a única forma de se resolver o problema da exclusão racial. O preconceito, segundo ele, está presente nas salas de aula. José Jorge passou a defender as cotas depois de acompanhar o caso de um aluno negro prejudicado por um professor, aparentemente por motivos raciais.

Ele explica que a adoção de cotas apenas revela um preconceito que já é real. "Essa medida pode explicitar o racismo, que é latente, mas não gerar um preconceito maior que o já existente. Os negros estiveram fora do sistema, apesar da mestiçagem, que não garantiu a eles o acesso ao ensino superior", argumenta. "Geneticamente não há raças, mas socialmente elas existem: a discriminação é pela cor da pele. A intervenção no sistema deve ser racial. Sem as cotas, os negros continuarão fora do sistema."

Entretanto, muitos defendem que a política de cotas deveria abranger toda a população de baixa renda, não apenas os negros e índios. A professora Yvonne Maggie, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirma que o sistema de cotas não é um instrumento de inclusão: "Se assim fosse, estaríamos lutando pela inclusão no ensino fundamental e médio, não no ensino superior. Não se trata de discutir a universidade brasileira, mas a nação brasileira." Yvonne acredita que as cotas, do jeito como estão organizadas hoje, deveriam ser abolidas, para não estimular a divisão do país em grupos étnicos, o que poderia gerar conflitos.

Segundo o coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, a questão é delicada e polêmica, porém muito importante: "As cotas devem ser discutidas com cuidado, sejam para os afrodescendentes ou para a população economicamente excluída", afirma. Ele explica que o Sindicato, nos próximos meses, pretende aprofundar essa discussão: "Todo instrumento que colabore para a inclusão social e para a construção de uma realidade mais justa merece apoio e atenção."

Um monstro por trás da vitrine

Veja como a lógica do consumismo causa desastres sociais e ambientais e beneficia apenas o capital, em detrimento dos seres humanos

ARTHUR MONTEIRO

Na contramão da indústria da informação e entretenimento, uma produção independente para lá de despojada está rodando o mundo e conquistando a atenção. É o documentário *A História das Coisas (The Story of Stuff),* que, segundo o site oficial (www.storyofstuff.com), já foi visto por mais de quatro milhões de pessoas.

É difícil calcular a progressão geométrica dos acessos via internet e das cópias distribuídas por e-mail, baixadas gratuitamente do site. Esse número, divulgado em setembro, talvez já seja muito maior. Mas, números à parte, parece que o documentário agradou em cheio. Ele conta a história dos produtos industrializados, desde a extração e a produção até a venda, o consumo e o descarte. Em vinte minutos, revela didaticamente as conexões entre problemas ambientais e sociais, expõe a lógica consumista e mostra com clareza a quem ela beneficia: as grandes corporações transnacionais, em detrimento das nações e das comunidades; o capital, em detrimento dos seres humanos.

Annie e o documentário: dez anos de pesquisas

A estrutura e o visual do documentário são condizentes com sua crítica ao consumismo e sua proposta de construir padrões mais sustentáveis de vida. Simples, com produção barata, o filme mostra apenas a pesquisadora Annie Leonard num fundo branco, explicando "como são feitas as coisas", com a ajuda de pequenas animações desenhadas em preto. Annie explica que viajou dez anos pelo mundo "seguindo a pista das coisas": de onde elas vêm e para onde vão. O documentário, escrito por ela, conta essa história. Acompanhe alguns trechos nas próximas páginas.

Destruindo o planeta

De acordo com os livros didáticos, as coisas se deslocam em um sistema: extração – produção – distribuição – consumo – tratamento de lixo. Mas esse sistema está em crise; não se pode geri-lo indefinidamente, porque o planeta é finito.

Segundo o documentário, "extração" é uma palavra pomposa para "destruir o planeta". Apenas nas três últimas décadas foram consumidas 33% das reservas de recursos naturais do planeta. Nos Estados Unidos restam menos de 4% das florestas originais. Cerca de 40% dos cursos d'água são impróprios para o consumo. "E o problema não é só utilizar recursos demais: é utilizar mais que a nossa parte", afirma Annie Leonard: "Temos 5% da população mundial, mas usamos 30% dos recursos naturais do planeta e somos responsáveis por 30% dos desperdícios."

Segundo Leonard, 80% das florestas originais do planeta desapareceram. Mas o sistema atual não desperdiça apenas recursos: também desperdiça pessoas. "Comunidades inteiras são desfeitas. A erosão dos ecossistemas e das economias locais no Terceiro Mundo garante um fluxo constante de pessoas para os grandes centros. Em todo o planeta, por dia, 200 mil pessoas saem das terras que as sustentaram durante gerações e vão para as grandes cidades, onde moram mal e se sujeitam a qualquer tipo de emprego na indústria, por mais insalubre que seja", afirma.

Feito para jogar fora

O consumidor norte-americano médio, hoje, consome o dobro de há 50 anos. O documentário História das Coisas mostra que isso foi planejado, para impulsionar a economia depois da Segunda Guerra. Ele cita o analista de vendas Victor Leboux, articulador da "solução que se tornaria a norma de todo o sistema".

Leboux afirmou: "A nossa enorme economia produtiva exige que façamos do consumo a nossa forma de vida, que transformemos a compra e o uso de bens em rituais, que procuremos a nossa satisfação espiritual, a satisfação do nosso ego, no consumo. Precisamos que as coisas sejam consumidas, destruídas, substituídas e descartadas num ritmo cada vez maior."

Para nos convencer a adotar esse sistema, surgiram duas estratégias muito bem sucedidas: a obsolescência planejada e a obsolescência perceptiva. A obsolescência planejada é simples: o produto é criado para ir para o lixo. "Estive lendo jornais sobre design industrial na década de 50, quando a obsolescência planejada começou a aparecer", conta Annie Leonard. "Os profissionais eram bem claros. Chegavam a debater o quão rapidamente conseguiam que um produto estragasse, mas de modo que o consumidor ainda mantivesse a fé no fabricante e comprasse outro."

Mas, para fazer a roda do consumo girar ainda mais rápido, existe a obsolescência perceptiva. É isso o que faz as pessoas descartarem coisas perfeitamente úteis, porque parecem fora de moda. Computadores, celulares e carros são bons exemplos disso.

O mesmo vale para as roupas, como explica Annie: "Por que os saltos dos sapatos estão largos num ano e finos no ano seguinte? Não é porque exista uma pesquisa sobre o melhor salto para a saúde e o conforto da mulher. É para que eu me sinta mal com meus sapatos de seis meses atrás, e esteja sempre comprando novos pares. Se eu estou fora de moda, meu visual mostra que eu não contribuí para a roda do consumo; por isso, valho menos que as outras mulheres."

"Por que os saltos dos sapatos são largos num ano e finos no seguinte? Para que eu esteja sempre comprando novos pares..."

ARTHUR MONTEIRO

Mudança de mentalidade

Na etapa da distribuição, o objetivo é manter os preços baixos, manter as pessoas comprando e os produtos em constante movimento. Uma grande parte dos produtos custa muito mais que o preço que pagamos por eles. Annie Leonard dá o exemplo de um pequeno rádio que custa três euros. "Esse valor nem de longe se compara a seu custo real. Se eu não estou pagando por ele, quem está?"

A resposta está na ponta da língua: "As comunidades que perderam suas terras e seus recursos naturais; as populações que perderam o ar puro e adoeceram; e as crianças do Congo, que pagaram com seu futuro." Annie explica que quase um terço das crianças do Congo abandonam a escola para trabalhar nas minas de coltan, metal usado para fabricar nossos aparelhos eletrônicos baratos e descartáveis.

A seta dourada do consumo é o coração do sistema, o motor que o impulsiona. "Nós nos tornamos uma nação de consumidores; nossa identidade passou a ser a de consumidor. O nosso valor é medido pelo tamanho da nossa contribuição para o consumo", acredita Annie Leonard.

Sua pesquisa traz dados impressionantes. Nos EUA, a porcentagem de produtos ainda em uso seis meses depois da venda é de 1%. "Em outras palavras, 99% das coisas que cultivamos, escavamos, processamos e transformamos viram lixo em menos de seis meses. Como podemos gerir um planeta com esse nível de rendimento?", indaga ela.

Nos Estados Unidos cada pessoa produz dois quilos de lixo por dia, o dobro do que produzia há apenas trinta anos. Esse lixo é despejado num aterro ("falando claramente: um buraco no chão", traduz Annie Leonard) ou incinerado. Tudo isso polui a terra, a água e o ar, além de alterar o clima global. "Queimar o lixo libera no ar os produtos tóxicos usados na fabricação. E o que é pior: produz supertóxicos novos, como a dioxina. Esta é a substância mais tóxica que existe atualmente, e as incineradoras de lixo são suas maiores produtoras", afirma Annie.

Qual seria a saída para isso? Reciclar é importante, mas não basta. O lixo que geramos em casa é apenas a ponta de um assustador iceberg. Para cada lata de lixo que deixamos na esquina, cerca de setenta latas foram geradas durante o processo de produção. "Portanto, mesmo que 100% do lixo caseiro fosse reciclado, não chegaríamos ao coração do problema", diz Annie Leonard.

Segundo ela, a única solução efetiva é mudar a antiga mentalidade de usar e jogar fora. "Há uma nova escola de pensamento, baseada em sustentabilidade e equidade. Ela já está em prática. Há quem diga que é irreal, idealista, impossível. Mas irreal é querer continuar no velho caminho", questiona.

"Este é um sistema em crise. Das mudanças climáticas à nossa felicidade em declínio, nada está funcionando. Mas há pessoas trabalhando em todas as partes desse sistema: salvando florestas, implantando uma produção limpa, defendendo os direitos dos trabalhadores, trabalhando pelo comércio justo e pelo consumo consciente, pelo bloqueio aos aterros e incineradoras de lixo. E o mais importante: trabalhando para recuperar nosso governo, para que ele seja realmente das pessoas e para as pessoas", conclui a pesquisadora.

FALTA RECICLAR

Cada brasileiro produz em média

335,8 kg

de lixo sólido por ano, ou cerca de 920 g por dia. Desse total, só

2,8 kg

por ano são recuperados pela coleta seletiva ou por catadores.

O governo e as corporações

"Atualmente, entre as cem maiores economias da Terra, 51 são corporações", afirma o documentário, enquanto mostra a imagem de um boneco pequeno (o governo) limpando as botas de um boneco grande e gordo (as corporações). "Sabe por que as corporações parecem maiores que o governo? Porque elas são maiores que o governo", diz Annie Leonard. "A função do governo é cuidar das pessoas. Mas, à medida que as corporações vão crescendo em tamanho e poder, assistimos a uma mudança de atitude nos governos, como se estivessem mais preocupados com elas do que conosco."

Proteger a "seta dourada do consumo" e manter o sistema funcionando parece ter se tornado a principal prioridade do governo e das corporações. "É por isso que, logo após o 11 de setembro, quando o nosso país estava em choque, o presidente Bush nos aconselhou a fazer compras. Ele poderia ter sugerido várias atitudes: homenagear os mortos, rezar, ter esperança. Mas, ao invés disso, disse-nos para fazer compras", observa Annie.

O poder da língua

O poder da língua

Texto: TT Catalão
Fotografia: Rodrigo Dalcin

Dobre a língua quando falar de Machado de Assis. Pela honra e graça desse centenário ocorre a própria redescoberta da língua portuguesa: tratada com paixão, maestria e magnífico apuro pelo mestre. Em Machado temos a incorporação do sentido de nacionalidade pela língua. Pátria real, terra pisada e semeada de suor e prazer, além de território demarcado. Pátria imaterial e concreta além dos símbolos geográficos e mais imediatos (onde heróis, em sua maioria, nascem de elites ou pela ótica dos vencedores).

É com a arquitetura e a tecnologia da língua que um povo se exprime, se coloca no mundo, interage, dá, recebe, troca, enfim, existe. E Machado de Assis é um expoente nessa tarefa operária de uma elaboração da língua feita linguagem em um nível refinado. Tudo isso sem perceber o documental das suas maravilhosas crônicas e contos, sem deixar de ser sutil e até mesmo jogar as sombras da dubiedade em personagens complexos que não se explicam facilmente e provocam sempre leituras diversas. O valor difuso e impreciso da arte, diferente do relatório, obrigatoriamente explícito e cartesiano.

E o tal escritor mulato é o tal, mesmo. A começar pela universalidade da sua obra. Parece contradição, mas um local denso, profundo, daquele que penetra no cerne da carne, é o que mais acontece como universal. Pelo fato de narrar com extremo primor e revelar na raiz paisagens, comportamentos, retratos sociais, pensamentos localizados em determinado tempo histórico (o Rio do Segundo Reinado e do começo da República), Machado ultrapassa as aparências para chegar na essência. Daí sua atualidade eterna.

O melhor desse centenário é a percepção de que a língua é a matéria-prima mais exuberante e fundamental do país. Não se trata da riqueza embutida, finita e polêmica do pré-sal, por exemplo, ou a possibilidade mundial do etanol, ou até mesmo a exuberância dos mananciais brasileiros (água potável vai valer mais que petróleo quando o mundo entrar em colapso de verdade). E devemos a Machado de Assis (como outros raros na linha de um Guimarães Rosa) a consolidação de um falar que se reflete no pensar e em nosso modo de ser -- enfim, na cultura.

A Unesco tem publicado sucessivos trabalhos onde estabelece uma relação direta entre a existência dos povos e o exercício de suas línguas e sotaques. No Brasil mesmo temos povos indígenas em risco de desaparecimento pela perda da língua. Casos como o dos Yawalapiti, no Xingu, que resistiam espalhados por outras tribos e só se realizaram efetivamente, como identidade, quando revitalizaram a língua (fruto de um trabalho arqueológico de entrevistas e reativação da memória). Logo criaram uma cartilha, os mais velhos passaram a ser compreendidos, obtiveram uma escrita a partir do fonemas grafados, e assim puderam contar sua história e manter sua cultura. O Tibete vive o mesmo drama. A lavagem cerebral e achatamento cultural que tenta desarticular um povo começa na sua quebra de auto-estima e descaracterização da língua. Torna-se projeto revolucionário manter um tibetano falando e escrevendo na língua nativa.

O melhor do Machado é que a língua se apresenta orgânica. Está viva. Tem uma estrutura, uma erudição, mas não perde o prazer do comunicar. Afiada e enfiada, é uma língua molhada de cotidiano, do comum que não é banal. Elástica, se apropria e recicla novidades efêmeras em um novo em permanente processo. Seus romances, ao colocar o leitor em linha direta da narrativa, é uma revolução também estética que potencializa o poder obsessivo do autor em falar direto ao público.

Essa língua que suporta agressões e desvios não morre exatamente por estar imersa no caldeirão mestiço do Brasil. Encanta pelo canto, seduz pela sonoridade, expressa corpo e espírito, instala e revê valores, e só é o que é porque mestres como Machado de Assis nos revelaram e expandiram suas possibilidades. Somos gratos pela obra que nos constrói. Eterno, Machado de Assis. Não paga mico acadêmico por ser generoso em sua erudição popular. Inventaram o fardão para mumificar a celebridade, mas nele a língua não é um fardo pesado. Viva em sua surpresa constante. E atual, sempre atual, por mais cem, duzentos, mil anos...

Consciente ou consumista?

Que tipo de consumidor é você? A revista do Sindjus perguntou aos servidores como é sua relação com aquela vontade de ir às compras

O consumo é necessário até mesmo à nossa sobrevivência; entretanto, o consumismo está ligado ao exagero, ao supérfluo e ao desperdício. Do ponto de vista cultural e econômico, ele aprofunda o processo de alienação e de exploração do trabalho. Além disso, alimenta a degradação tanto das relações sociais quanto da dinâmica entre sociedade e natureza. Preocupados com essa questão, buscamos, neste mês, saber qual a atitude dos servidores do Judiciário e Ministério Público.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

"Acho que sou uma consumidora bastante controlada. Penso duas vezes antes de comprar um produto. Na minha opinião, o consumo consciente deveria ser adotado por todas as pessoas."

Simony Campelo Pires de Castro, técnica administrativa da PRR

"Deus me livre de crediário, tenho horror a dívidas. Tento manter o controle para não cair em tentação; compro o necessário para minha sobrevivência. A questão ambiental me preocupa, o consumo desordenado gera problemas para o meio ambiente. Gastaria que todos tivessem a mesma consciência."

Paulo Roberto Costalonga Serafin, técnico adm. do MPM

"Sou uma consumidora consciente. Eu me preocupo com a questão ambiental e com o que o produto pode me oferecer. Confesso que às vezes caio em tentação, compro roupas ou outras coisas de que não preciso com urgência, mas isso só acontece esporadicamente."

Christianne Andrade Rocha, técnica administrativa da PRDF

"Eu consumo muito, principalmente coisas que têm alguma relação com a tecnologia. Considero-me uma pessoa consumista. Comprei recentemente uma TV de LCD; não precisava dela agora, e nem precisava fazer mais dívidas, mas não consigo me controlar."

Lúcio Paulo Araújo Azeredo, técnico judiciário da Justiça Federal

"Compro só o necessário. Considero-me uma consumidora consciente e questionadora. Não caio nessa onda de capitalismo e compras desordenadas."

Maria Josenilda Nóbrega Lucena, técnica administrativa da PRDF

"Penso muito antes de comprar; também me preocupo com o material usado na fabricação. Mas, no caso de um carro, analiso mais com o preço do que a poluição. Não tenho escolha, porque ainda não existem carros movidos a energia solar. Mas procuro usar o carro conscientemente."

Fernando Donizette Jesuíno, técnico de apoio especializado do MPM

"Acho que é quase impossível não ser consumista. Todos nós queremos uma vida confortável. Em Brasília, percebo isso pelo aumento de número de carros, casas, apartamentos, até planos de saúde. Eu gasto meu dinheiro com cursos, para aprimorar o meu trabalho e melhorar meu futuro."

Rosita Maia, técnica administrativa da PRR

"Eu não sou uma pessoa consumista, de forma alguma. Penso mil vezes antes de comprar alguma coisa. Quando vou comprar alimentos, sempre procuro os orgânicos e as embalagens recicláveis."

Nascip Vargas de Souza, técnico de apoio especializado da PRDF

"Sinceramente, eu não me considero uma pessoa consumista. Não me agrada a idéia de sair comprando tudo. Acho isso desnecessário. O pouco que eu tenho já me satisfaz."

Luciano Aparício de Almeida, técnico de saúde do MPM

"Sou consumista, compro muito. Mas recentemente fui questionada pelo meu filho: por que comprar um Ipod se não vou usá-lo? Olhei nos meus armários e comecei a me perguntar por que consumo tanto. Na verdade, não tenho necessidade de ter tantos objetos que não uso. Então, decidi tentar me tornar uma consumidora consciente."

Maria José Ferro Seabra Nunes, analista judiciária da Justiça Federal

"Não me considero consumista. Compro o necessário. Como professor de Química, eu me preocupo com a questão ambiental, o desmatamento e a reciclagem, quando vou adquirir um produto, roupas ou artigos para a minha casa."

Lafaiete Damião Mendonça Correa, analista judiciário da Justiça Federal

"Eu não sou consumista, sou bastante controlada. Penso muito na questão ambiental; acho que os supermercados poderiam adotar outro material para fazer as sacolas, um material artesanal."

Regina Célia Alves de Vasconcelos, técnica administrativa da PRR

Postais
de pedra e bronze

Brasília é um museu a céu aberto. Poucas cidades no mundo têm esse privilégio. Nas ruas, nos gramados, nas fachadas, no interior e no exterior dos prédios estão expostos trabalhos dos maiores artistas modernos brasileiros. São tantos que, muitas vezes, estão ao nosso lado e nem notamos. A cada edição, esta seção mostrará o trabalho de um artista. Este mês você vai conhecer Alfredo Ceschiatti.

Alfredo Ceschiatti tornou-se conhecido pelas esculturas que decoram os prédios desenhados por Niemeyer, em Brasília. Mas sua carreira não começou na capital federal. Desde cedo, aos 25 anos, ele já se destacava no cenário brasileiro. Ganhou várias medalhas na divisão moderna do Salão Nacional de Belas-Artes, que o contemplou, em 1945, com um prêmio de viagem ao exterior, pelo baixo-relevo da igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte.

Hoje, diversos museus do país possuem obras de Ceschiatti. Ele nasceu 1918 em Belo Horizonte e morreu no Rio de Janeiro, em 1989, aos 71 anos. Fez parte da Comissão Nacional de Belas Artes e ensinou escultura e desenho na Universidade de Brasília – de onde o governo militar o obrigou a sair, em 1965, junto com vários outros artistas e intelectuais de idéias arejadas.

Em 1960 esculpiu, em granito, um dos temas no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro. Sua colaboração com Niemeyer resultou em várias esculturas que se tornaram cartões-postais de Brasília. Entre elas estão As Banhistas, no espelho d'água do Palácio da Alvorada; A Justiça, na Praça dos Três Poderes; Os Anjos e Os Evangelistas, na Catedral; e As Gêmeas, na cobertura do Palácio do Itamaraty.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

***Os Evangelistas,* em bronze, 3m de altura, na entrada da Catedral (abaixo); *A Contorcionista,* em bronze, com 2,46m x 1,80m, no Teatro Nacional (ao lado)**

"Na escola, não entendia nada"

A empresária Vera Brant veio para Brasília em 1960, trabalhar ao lado de Darcy Ribeiro na criação da UnB. Ali conheceu Ceschiatti: "Aquela figura discreta, quase sempre só, me impressionou e comoveu. Era uma pessoa extremamente tímida, bondosa, generosa, muito admirado pelos alunos. Veio o golpe militar e passamos a nos reunir constantemente com um grupo de amigos, buscando proteção, conforto e apoio. Daí em diante, nunca mais nos separamos".

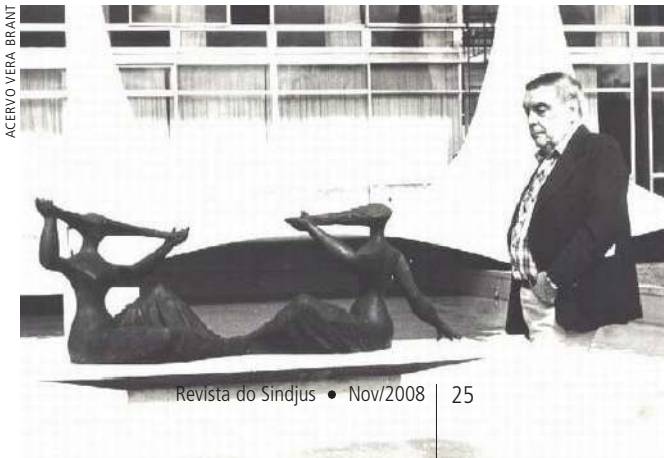
Vera relembra uma história curiosa sobre a infância do artista: "Ele contava que, na escola, não entendia nada. A professora escrevia uma palavra, ele lia outra. A mãe conseguiu uma psicóloga, duas vezes por semana. Ele já ia triste, sabendo que não iria aprender nada e que a mãe voltaria desapontada. Falou isso com os olhos cheios de lágrimas. Quando a grande educadora russa Helena Antipoff foi a Belo Horizonte, criou uma escola para crianças chamadas retardadas. Os pais do Ceschiatti levaram-no para lá. Ele estudava com dificuldade, mas desenhava muito bem."

"Vendo-o desenhar, Helena Antipoff disse: "Faça um cavalo." Ele desenhou. "Desenhe uma águia voando." Ele fez. Ela se maravilhou: "Meu filho, você não é retardado, não, você é um gênio!" O Ceschiatti, olhando-a bem nos olhos, exclamou: "Vá convencer a minha família!" A partir daí, a educadora passou a dar-lhe uma especial atenção e conseguiu desbloquear os traumas todos. Ele começou a estudar e ler corretamente. Além do português, estudou francês, italiano e um pouco de inglês. E passou a ler e escrever muito bem", conta Vera.

Escritora com cinco livros publicados, Vera Brant relata em seu site várias histórias de sua convivência com Ceschiatti (veja em www.verabrant.com.br). Como esta, um tanto engraçada: "Logo que a escultura Leda e o Cisne foi colocada no Palácio do Jaburu, Ceschiatti levou-me para vê-la. No caminho, todo animado, ia falando da beleza da Leda, da razão de tê-la feito para aquele palácio, e falava, falava. Quando chegamos, alguém havia colocado o paletó sobre o cisne, usando-o como cabide. O Ceschiatti teve um acesso de raiva. Foi uma luta para acalmá-lo."

Visualmente leves, *Os Anjos*, feitos em duralumínio, ficam suspensos na Catedral. O maior mede 4,50m e pesa 300 kg. Abaixo, Ceschiatti e *As Banhistas*, em bronze (4m x 1,30m), no espelho d'água do Palácio da Alvorada

ACERVO VERA BRANT



No alto: abertura de estrada entre Goiás e Mato Grosso. Ao lado, Gaspar Dutra, ministro da Guerra; Getúlio Vargas (de suspensório); e João Alberto Lins de Barros, presidente da Fundação Brasil Central, na antiga vila de garimpeiros chamada Vila Cuiabana (hoje Aragarças), em 1942

HÉLIO ROCHA

Roberto Castello: descobertas históricas

A conquista do Oeste

Aventuras da ocupação da região Centro-Oeste, colecionadas por um fotógrafo e pesquisador que descobriu histórias do arco da velha

Usha Velasco

A noite em que uma enorme bola de fogo acompanhou o avião de Getúlio Vargas sobre a Ilha do Bananal. O sertanista que levou seus dois filhos, um deles de colo, para "amaciar" o contato com índios que matavam qualquer branco que se aproximasse. O excêntrico general que, em 1868, inaugurou a navegação a vapor no Centro-Oeste obrigando o maquinista a subir uma corredeira sob a mira de um revólver. Essas e outras histórias – muitas outras – recheiam o livro *A Conquista do Oeste,* do fotojornalista Roberto Castello.

A obra ainda não foi publicada, mas a *Revista do Sindjus* revela, neste número, alguns trechos saborosos. O autor é um apaixonado por documentação; seus trinta anos de carreira foram também três décadas de pesquisas históricas. "Fotografia é informação", afirma, ao explicar que sua profissão permite "muito mais que gerar imagens bonitinhas ou ilustrar uma matéria".

Durante suas andanças pelo país, Roberto Castello acumulou um enorme volume de informações sobre a aventura que foi a ocupação do Centro-Oeste brasileiro – sem contar as várias caixas de fotografias, dele próprio e de outros autores, muitas vezes desconhecidos, que remontam ao começo do século passado.

Carioca com raízes paraenses e morador de Brasília há 48 anos, ele trabalhou na Fundação Nacional do Índio (Funai), no Ministério do Interior e na Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Foi assim que conheceu a história da Marcha para o Oeste, iniciada por Getúlio Vargas em 1937. Curioso, chegou tirar férias para buscar informações. Trabalhando, perguntando e pesquisando, ele resgatou centenas de fotografias históricas, muitas delas jogadas no lixo, como as que encontrou certa vez debaixo de uma pilha de pneus velhos, na garagem de um extinto órgão do governo.

Seu acervo se tornou um verdadeiro tesouro. Há fotografias anti-

gas, algumas em chapas de vidro, coisa usada no século XIX. São Retratos de índios, aldeias, paisagens ribeirinhas, colonos, estradas abertas na selva ou no cerrado. "O problema era que nunca havia registro de local, data ou autor", revela.

Disposto a descobrir informações sobre as imagens que colecionava, Roberto Castello passou a conversar com os servidores mais antigos da própria Sudeco. Ninguém sabia identificar o material, mas indicaram um aposentado que talvez soubesse. Foi assim que Castello fez outra descoberta preciosa: Antônio Wanderlei Chaves, que sabia o nome dos lugares e pessoas ali retratadas.

"Ele era uma enciclopédia, tinha memória fotográfica, lembrava de tudo", conta Castello. Antônio Wanderlei foi responsável pelo Serviço de Proteção ao Índio (atualmente Funai) na Ilha do Bananal. Era um lugar remoto, selvagem, especialmente na época em que ele morou lá, entre as décadas de 1930 a 1970.

"Fui visitá-lo muitas vezes, fiquei amigo da família", lembra Castello: "Dona Tute, sua esposa, era tão uma desbravadora tão corajosa quanto o marido. Ela me contou que, para não ter sua primeira filha sozinha (o marido estava viajando), remou sua canoa durante oito horas, em trabalho de parto, até chegar à casa da vizinha mais próxima. Chegou, desceu da canoa e a criança nasceu."

O espírito investigativo e o gosto pela conversa levou Castello a descobrir coisas do arco da velha. Como a história da visita de Getúlio Vargas à Ilha do Bananal, em 1940. Conversando com antigos moradores, o fotógrafo ouvir dizer que o presidente e sua comitiva viram uma grande bola de luz acompanhar o avião, guinar rumo ao chão e penetrar na terra. Quase todas as testemunhas dessa estranha história já haviam morrido, mas Castello descobriu que o piloto do avião presidencial, naquela época, morava em Porto Alegre, mas tinha uma namorada no Rio de Janeiro. "Consegui encontrar a velhinha; ela era uma pessoa reservada, mas, com muito tato, acabei obtendo uma confirmação da história", diz ele: "Naquela noite o piloto chegou em casa agitado e relatou a ela o aparecimento da luz misteriosa, do jeito que eu havia ouvido."

Comprometido com sua promessa de ocupar os espaços vazios do interior e unir o norte e o sul do país, Getúlio Vargas fez questão de marcar presença várias vezes em lugares remotos e desconhecidos. Acima, primeiras instalações da Fundação Brasil Central, no Mato Grosso, onde hoje fica a cidade de Nova Xavantina.

No alto: Getúlio Vargas (de chapéu claro) na Ilha do Bananal. Ao lado: Vargas no Rio das Mortes, em Mato Grosso. As fotos são de 1942

JK com índios Xavante e Javaé, na ilha do Bananal: herdeiro do projeto de interiorização

Brasília, um projeto antigo

"A conquista do interior do Brasil foi um imperativo lógico da expansão lusitana. Frei Vicente do Salvador, ainda nos anos 1500, reclamava daqueles primeiros colonizadores intimidados, incrustados como 'caranguejos' no litoral atlântico.

Em fins do século XVII a Revolução Francesa esclareceria a noção de pátria e a transmitiria aos burgueses da Inconfidência Mineira. Tiradentes, não por acaso, queria mudar a capital do Rio de Janeiro para São João del Rei. José Bonifácio, tendo vivido em contato com as redefinições geográficas e políticas européias, voltou ao Brasil para articular a independência e lançar a idéia de interiorização, com a mudança da capital do Império para uma certa Brasília, nos sertões de Paracatu, a poucas léguas do atual DF.

Os nomes que ao longo de quase dois séculos foram sugeridos para a nova capital mostram os rumos das ideologias em evolução: Nova Lisboa (Willam Pitt, 1805), Paraíso Terreal (Hipólito da Costa, 1813), Pedrália (Menezes Palmiro, 1822), Petrópolis ou Brasília (José Bonifácio, 1823), Imperatória (Visconde de Porto Seguro, 1849). No século XX o Marechal José Pessoa (1955) sugeriu Vera Cruz, como a 'continuidade histórica da nossa pátria civilizada'.

Em 1877 Francisco Adolfo de Varnhagem, Visconde de Porto Seguro, equacionou a localização da futura capital: 'no triângulo formado pela Lagoa Feia, Mestre D'Armas e Formosa'. Chegou a sugerir a Serra da Gordura, atual Águas Emendadas, 'onde vertem-se águas para as bacias do São Francisco, do Tocantins e do Prata'."

(Extraído do livro *A Conquista do Oeste,* de Roberto Castello)

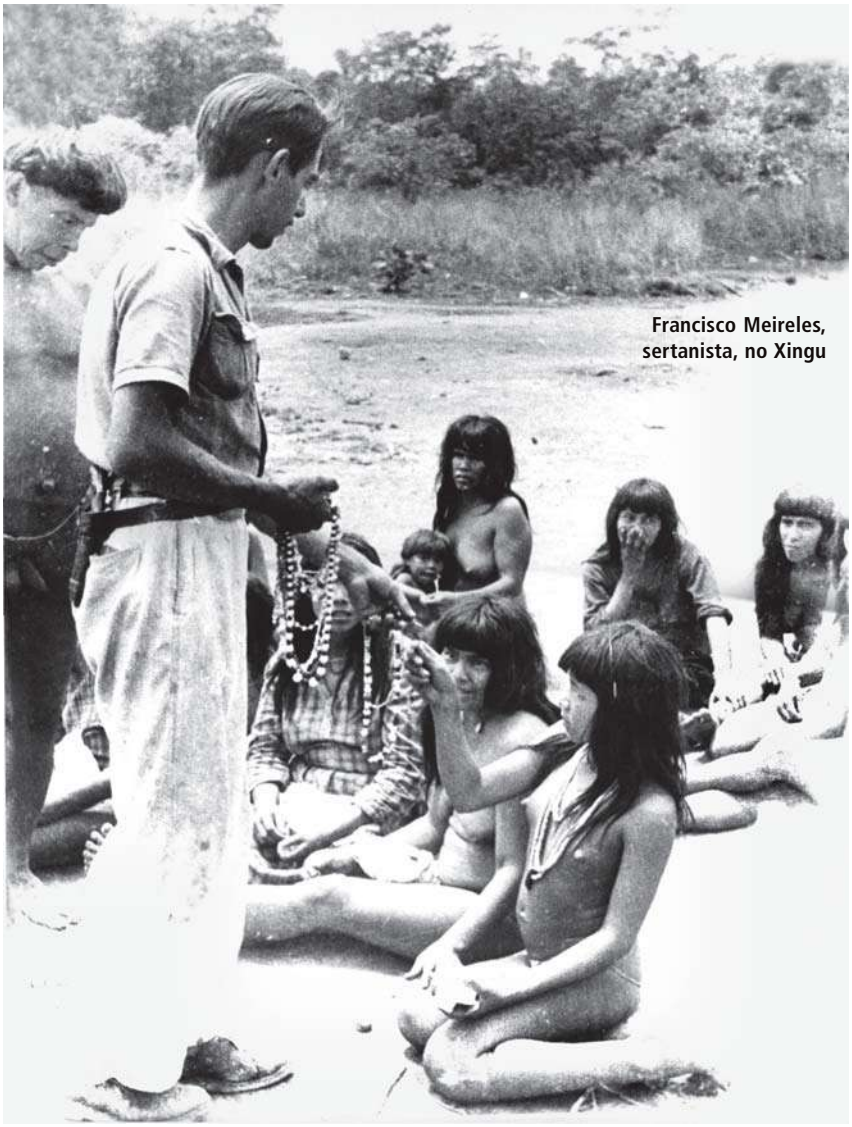
Personagens históricos

Como fotógrafo, Roberto Castello aproveitou as viagens de trabalho e fez muito mais que imagens. Levantou a trajetória de personagens históricos, como o Marechal Rondon, e de outros pouco conhecidos, mas não menos importantes – como o general José Vieira Couto Magalhães, pioneiro da navegação a vapor no Centro-Oeste (veja box). Ou os sertanistas Francisco (pai) e Apoena Meireles (filho).

Francisco Meireles contou a Castello como conseguiu reestabelecer o diálogo com os índios Xavante, em 1946. Traumatizados pelas carnificinas que estavam exterminando seu povo, esses índios matavam qualquer branco que ousasse se aproximar. "O rompimento com os homens brancos aconteceu nos anos 1800, quando, em uma dessas matanças, os colonizadores mandaram ao governo português cinco mil pares de orelhas de Xavantes", diz Castello.

O contato foi feito na beira do Rio das Mortes, em Mato Grosso. "Chico Meireles foi sozinho, só com o filho Apoena, na época com seis anos de idade, e o caçula, um bebê de colo", conta Castello. "Foi cercado pelos índios, armados de lança. Mas eles não atacaram. Respeitaram as crianças." O diálogo foi um processo demorado: "Os Xavante estavam tão ofendidos que só dois deles conversaram de frente; os outros ficaram o tempo todo de costas para Chico", explica Castello. "Demorou cinco dias para os líderes virarem de frente para o sertanaista. E só apresentaram suas mulheres e filhos muitos anos depois", afirma o fotógrafo.

Roberto Castello registrou imagens de dezenas de nações indígenas; algumas delas não existem mais. Também fez amizade com os irmãos Orlando e Cláudio Vilas-Boas, famosos sertanistas (o terceiro, irmão, Leonardo, morreu em 1961). Com seu zelo em tomar notas, serviu várias vezes de referência a Orlando. "Uma vez eu estava em casa e ele me telefonou, perguntando: 'Castello, como era mesmo o nome daquele rio que a gente desceu em 1952?' O engraçado é que eu não estava na expedição, mas ele sabia que tinha me contado e que eu anotava tudo", diverte-se o fotógrafo.



Francisco Meireles, sertanista, no Xingu

Marechal Rondon: "Matar, nunca"

"Devassado por borracheiros, cacaueiros, garimpeiros e vaqueiros, o Brasil Ocidental organizou-se com as Comissões Rondon, com exceção da desconhecida região fronteiriça entre Mato Grosso, Amazonas e Pará.

Foi em 1890 que pela primeira vez o marechal Rondon internou-se nos sertões para estender fios de telégrafo rumo a Cuiabá. Ele era um matogrossense com ascendência indígena. Estendeu cinco mil quilômetros de linhas telegráficas em direção às fronteiras nacionais. Explorou uma dúzia de caudalosos e desconhecidos rios em Mato Grosso e na Amazônia; com isso, reformulou o mapeamento da região.

Suas expedições percorreram de cinquenta a sessenta mil quilômetros, a maior parte a pé, cobrindo 1,6 milhão de quilômetros quadrados. Nesses percursos, contactou dezenas de grupos indígenas.

Nesses tempos heróicos, seu braço direito foi o goiano Antônio Pireneus de Souza, que, ao tentar recuperar do fundo do rio Jauru uma canoa que soçobrou com uma carga de fios telegráficos, teve a língua decepada por uma piranha. Foi Rondon, que naquele dia tinha febre de 40 graus, que pulou na água para resgatá-lo.

Em 1910 foi criado, depois de insistentes gestões de Rondon, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI, antecessor da Funai, e Rondon pôde executar sua visaõ sociológica no tratamento das questões indígenas. É dele a famosa frase: 'Morrer, se preciso for; matar, nunca'."

Índios em fotos antigas, do acervo de Castello. Abaixo, a expedição Roncador-Xingu, no começo dos anos 40, comandada pelo coronel Vanique (no centro do grupo)

Os irmãos Cláudio e Leonardo Vilas-Boas, em uma das fotografias resgatadas por Roberto Castello

Couto Magalhães: subindo o rio de revólver em punho

"Nascido em Diamantina, o general José Vieira Couto Magalhães, astrônomo, lingüista e escritor, era um gênio precoce. Seu livro *O Selvagem* é considerado um dos primeiros estudos de antropologia indígena do país. Em 1863, aos 24 anos de idade, ele governava a província de Goiás; logo depois a do Pará, e, em plena Guerra do Paraguai, a de Mato Grosso.

Seus governos tinham em comum os rios Araguaia e o Tocantins; ele foi pioneiro da navegação a vapor no Centro-Oeste, muitas vezes com métodos surpreendentes. Quando governava Mato Grosso, desmontou um vapor no rio Paraguai e transportou-o por quase mil quilômetros, com dificuldades inimagináveis, até Aruanã, onde o pôs a navegar no Araguaia, em 1868.

Os rios Araguaia e Tocantins seriam navegáveis de Goiás a Belém com barcos de pequeno calado e casco chato, se não fossem os temíveis encachoeiramentos como os do Caldeirão do Inferno e de Itaboca (hoje Tucuruí).

Já fora do governo, Couto Magalhães conseguiu subsídios do tesouro imperial e dos governos de Goiás e do Pará para dedicar-se inteiramente à navegação do Araguaia. Adquiriu, na Inglaterra, um potente vapor a hélice e tentou com ele vencer o desafio de Itaboca, subindo o rio a partir de Belém.

Quando o maquinista do vapor vacilou em enfrentar o sorvedouro das águas, Couto Magalhães, de revólver em punho, ordenou pressão total na caldeira, e o navio, corcoveando violentamente, subiu os mais de dois metros de altura da queda de Itaboca.

Em 1888, sua Companhia de Navegação do Araguaia, com três vapores, foi transferida para a norte-americana *Pará Trading Transportation Company*, que deixou os navios apodrecerem em Aruanã. Não interessava que o enclave borracheiro da Amazônia tivesse outras possibilidades de abastecimento que não as importações da Europa e dos EUA.

Na queda do Império, em 1889, Couto Magalhães presidia a província de São Paulo, onde resistiu até o último minuto. No fim da vida, ficou meio maluco. Em sua famosa casa com torre para observações astronômicas, ele dizia esperar a visita do Imperador, mas vestia a casaca de general pelo avesso."

(Trechos do livro *A Conquista do Oeste*, de Roberto Castello)

Flores
e cores no dia-a-dia

A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não agüento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.

Manoel de Barros

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

José Araújo Neto é técnico judiciário do TST, mas, quando questionado sobre seus dons artísticos, diz que é um "arteiro". Ele começou a pintar há pouco tempo, apenas sete anos, e se deleita com essa nova atividade, que preenche quase todo o seu tempo livre. José conta que, quando criança, sempre gostou de desenhar e brincar com pincéis, mas nunca havia pensado em se dedicar à pintura.

Quando começou, em 2001, suas telas mostravam lugares bonitos, lagos, casarões antigos, pequenas vilas. Essa fase durou até 2004, quando resolveu se dedicar aos arranjos de flores, sua outra paixão. Depois de fazer algumas exposições no TST, onde mostrou seu talento para a floricultura, José resolveu retomar a pintura em telas: "Tive que dar uma pausa na pintura porque estava cursando faculdade e, depois, fazendo minha pós-graduação. Os arranjos com flores me davam prazer, mas não resisti à saudade das tintas e resolvi voltar a pintar em 2008", conta ele.

ARTHUR MONTEIRO

José se diverte com a pintura, mas ao mesmo tempo leva essa atividade muito a sério: "Quando retornei da minha última viagem, acordei às cinco horas da manhã para pintar. Não agüentava mais de tanta ansiedade". Atualmente suas telas ganharam um toque especial: além de pintar, ele também aplica figuras recortadas de tecidos. A escolha do momento é a chita: "Com cores vivas e flores lindas, a chita mostra em sua estampa arranjos belíssimos, que não são explorados com qualidade. Hoje, minha pintura é também uma decupagem", explica.

Curioso e exigente, José Araújo está sempre estudando e buscando informações sobre novas técnicas de pintura. Quando visita uma exposição e se depara com um quadro que chama sua atenção, vai atrás de dados sobre a técnica utilizada, para tentar aplicá-la na sua própria obra. "Fui ao Espírito Santo recentemente e vi a exposição de uma artista plástica que utiliza os mais diversos materiais em sua obra. Achei aquilo incrível, me inspirou muito", conta ele.

Pai de duas filhas, José é formado em Pedagogia, está finalizando o curso de Direito e fazendo pós-graduação. Com pouco tempo livre, ele percebeu que não podia continuar com uma rotina que estava se tornando estressante. A arte veio amenizar a tensão da correria e o estresse de conciliar trabalho e estudos. "A pintura é uma maneira de extravasar sentimentos e de me sentir bem comigo mesmo. Fico renovado, pronto para enfrentar a rotina diária", conclui.

"Quando retornei da minha última viagem, acordei às cinco horas da manhã para pintar", conta José Araújo, apaixonado pelas tintas desde criança

Os livros **moram ao lado**

Com doações e trabalho voluntário, o projeto Casa do Saber monta 31 bibliotecas em comunidades carentes de letras

ANDRÉ ROCHA DANTAS

Usha Velasco e Thais Assunção

Acesso a livros significa também acesso a uma vida melhor. Dessa idéia simples nasceu uma ação que, em apenas um ano, já contribuiu para mudar a realidade de dezenas de comunidades carentes de letras. Batizado de Casa do Saber, o projeto montou e equipou (em alguns casos, também construiu) 31 bibliotecas no Entorno de Brasília, beneficiando cerca de 130 mil usuários.

"Os brasileiros não lêem muito simplesmente porque não têm acesso a livros. Precisamos facilitar esse acesso. Um trabalho assim pode realmente mudar a vida das pessoas", acredita Antonio Matias, idealizador do projeto e sócio da rede de combustíveis Gasol, que financia o empreendimento.

Veterano em projetos sociais (veja p. 38), Antônio Matias conta que, em várias situações cotidianas, percebia a necessidade de ações voltadas para a educação. "Às vezes os funcionários do posto escreviam bilhetes que ninguém conseguia decifrar; a letra era complicada, a ortografia nem se fala. Dava vontade de ajudar essas pessoas, mas eu achava que, para ajudá-las, o primeiro passo era oferecer acesso a livros", explica.

Para isso ele convocou uma primeira reunião com possíveis parceiros. Nesse primeiro encontro, em 6 de agosto de 2007, nasceu o nome Casa do Saber. A empresária Carmen Gramacho, coordenadora geral do projeto, conta que várias instituições aderiram: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF), Fundação CDL, SESC, Federação das Associações Comerciais, Biblioteca do Senado, Instituto Brasileiro de Inteligência Tecnológica (IBIT), Associação Brasileira dos Bibliotecários, ministérios do Planejamento e da Cultura, Rede Record, Marinha, UnB e Conselho Federal de Biblioteconomia.

Rapidamente o grupo montou uma campanha de arrecadação de livros em todos os postos da rede Gasol. O resultado foi surpreendente. Em três meses, mais de 800 mil volumes foram doados. "Eram montanhas, caminhões de livros, caixas e caixas e caixas", conta Carmen Gramacho. Foi preciso organizar um grupo de voluntários, coordenado por bibliotecários, para fazer a triagem e a organização dos volumes por assunto.

"Chegamos a ter trinta voluntários fixos, mas sempre vinha mais gente ajudar. Em alguns dias, contamos cinqüenta pessoas trabalhando na triagem", lembra Carmen, que é vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do DF e Entorno. "Foi uma coisa estimulante. Era muita gente envolvida, e todo mundo muito animado. A Gasol forneceu o transporte e o lanche dos voluntários. Também comprou luvas, máscaras, aventais, toucas, para proteger o pessoal da poeira."

DOAÇÕES

Nos primeiros três meses de campanha, foram arrecadados

800 mil

livros, o que permitiu montar

31

bibliotecas no entorno de Brasília. O número de pessoas atendidas é aproximadamente

130 mil

Cada biblioteca atendida pelo projeto Casa do Saber recebeu cerca de oito mil livros. Todas foram reformadas, tiveram a estrutura interna refeita, a rede elétrica trocada, receberam nova pintura. Também ganharam mesas, cadeiras e estantes, um computador com impressora e um software que cadastra volumes e leitores, gera etiquetas, faz buscas e localiza os livros.

Outros projetos também se beneficiaram com os livros arrecadados: 20 mil foram enviados para Angola, por meio da embaixada, que solicitou a doação; dezessete mil foram para o Rio de Janeiro e Vitória, em ações dos fuzileiros navais, que foram voluntários do Casa do Saber em Brasília; e cinco mil para bibliotecas do estado do Ceará.

A chama está viva

Atualmente, uma segunda campanha de arrecadação está em andamento. A idéia é montar outras vinte bibliotecas. "O que mantém a chama viva é saber que podemos chegar a outras comunidades. Enquanto tivermos chance, é claro que vamos querer continuar", afirma Iza Antunes, presidente da Associação de Bibliotecários do DF (ABDF) e responsável pela orientação técnica do Casa do Saber.

Sempre trabalhando como voluntárias, Iza Antunes e Carmen Gramacho fizeram a triagem dos lugares onde o projeto seria implantado. "Chegamos a ter mais de cinqüenta solicitações de bibliotecas. Fomos visitar todos os locais; saíamos de casa de manhã e só voltávamos à tarde. Tivemos a oportunidade de conhecer todo o Entorno de Brasília", lembra Carmen. Os critérios para selecionar os beneficiados foram basicamente três: ter alguém responsável por cuidar da biblioteca; ter um público de usuários; e ter uma sede própria com acesso irrestrito ao público.

"Infelizmente não pudemos atender a todos os pedidos, porque muitos não tinham sede própria", conta Iza. "Não dá para montar uma estrutura pública num espaço particular ou num local emprestado, porque assim corremos o risco de ver tudo ser desmontado", explica. Ela cita o exemplo da Biblioteca Pública do Paranoá, que já mudou de endereço várias vezes, porque fica em lugares improvisados. "Isso é um sinal de descaso", reclama: "Em Brasília, apenas duas bibliotecas públicas foram realmente construídas para serem bibliotecas: a do Cruzeiro e a da Ceilândia."

Outro exemplo que serviu de lição foi o que aconteceu na Cidade Estrutural, onde a biblioteca foi montada na igreja. "Um belo dia, o padre resolveu dar outra destinação ao espaço e desmanchou tudo", afirma Iza: "os livros foram encaixotados e a comunidade perdeu um espaço de estudos".

Trata-se de um espaço precioso – em qualquer condição que esteja, é sempre bem aproveitado pela população. As duas voluntárias contam que ficaram impressionadas com o mau estado das bibliotecas que visitaram. "A gente se surpreendeu com coisas bárbaras", lembra Carmen Gramacho: "banheiros quebrados, falta de ventilação, muito calor, nenhuma água para beber. E o espaço lotado, com pessoas amontoadas, duas na mesma cadeira, gente estudando no chão."

"Não encontramos bibliotecas; encontramos depósitos de livros", conta Iza: "Lugares sucateados, sem nenhuma organização, com livros em tão mau estado que já não serviam para nada. Outro problema era a falta de uma equipe de trabalho. Muita gente tinha boa vontade, mas infelizmente não tinha preparo para administrar uma biblioteca e orientar os usuários. Não estavam preparadas para exercer a função de bibliotecário."

Por isso, o projeto investiu também na formação de pessoal. Em poucos meses, foram treinadas 31 pessoas que já trabalhavam ou pretendiam trabalhar em bibliotecas. O curso, com certificado, foi oferecido pela ABDF e ministrado por profissionais da área, sob coordenação de Iza Antunes. Outras trinta pessoas estão na lista de espera para a formação da segunda turma.

DIÁRIO DA VOLUNTÁRIA

Carmen Gramacho, coordenadora geral do projeto Casa do Saber, escreveu um diário sobre o trabalho. Veja dois trechos:

Na biblioteca de Samambaia Norte, um menininho perguntou: "Posso ver o livro? Aquele de historinhas..." O adulto questionou: "Quantos anos você tem?" "Quatro", respondeu o pequeno. "E já sabe ler?" "Não, mas vou aprender agorinha!", respondeu, e saiu correndo para a mesa, com o livrinho na mão.

Na inauguração da biblioteca do Riacho Fundo, as autoridades discursavam. Um pequeno menino de aproximadamente sete anos arregalava os olhos, olhava para as mãos de quem falava e tentava imitar os gestos. A cada novo discursante, o menino repetia os gestos. Quando tudo terminou fui até ele e perguntei: "O que você entendeu de tudo o que ouviu?" E ele prontamente respondeu: "Que ler é importante, para aprender a falar!"

FOTOS: ANDRÉ ROCHA DANTAS

OS USUÁRIOS

A biblioteca vai ajudar a gente a desenvolver a inteligência e virar gente grande, para poder ajudar os pais. Meu pai trabalha muito, pinta paredes, e minha mãe vende comida. Quero um dia poder dar para eles tudo de bom e também ajudar meus dois irmãos.

MATEUS, 9 ANOS, NA BIBLIOTECA NAPOLEÃO LAUREANO, EM SAMAMBAIA NORTE

Se não tivesse este lugar para estudar seria muito ruim, mas os livros da estante às vezes estão cortados, faltando folhas... No melhor da história, não podemos saber o final. Mas aqui é muito legal!

JÚNIOR, 11 ANOS, EM BRAZLÂNDIA,
ANTES DA MONTAGEM DA NOVA BIBLIOTECA

Este lugar onde estudamos é o único lugar que temos. Eu moro em uma oficina mecânica com meus pais e meus irmãos, não tenho computador, não tenho onde colocar meus livros. Nem posso estudar lá, porque tem muito barulho de motor.

BÁRBARA PAULA, 15 ANOS, NA RECÉM-
MONTADA BIBLIOTECA DE BRAZLÂNDIA

Biblioteca Marta de Oliveira Sales, em Sobradinho I: novos móveis, livros e computador

Agradecimento à cidade

Paraibano, de uma família com 13 filhos, Antônio José Matias de Sousa veio para Brasília aos 14 anos, "com uma mão na frente e outra atrás", conforme conta, sorrindo. Começou a trabalhar no Posto Cascão e viu ali uma oportunidade de crescimento. "Eu acreditava no posto e enxergava um futuro promissor para mim. Comecei como frentista, depois virei diretor e por último um dos sócios", relata.

Há cinquenta anos a rede Gasol é administrada por quatro sócios; hoje, tem noventa postos e três mil funcionários. Segundo Antônio Matias, a rede sempre se preocupou em fazer um trabalho social: "Tínhamos vontade de ajudar as pessoas; começamos com o básico, uma coleta de agasalhos e alimentos." Assim como a empresa, as coletas foram crescendo; nas últimas campanhas foram arrecadados 260 mil agasalhos e 300 toneladas de alimentos. "Foi uma quantidade enorme, tivemos até dificuldade de distribuir", alegra-se ele.

De 2004 a 2006 também foram doados 270 mil brinquedos. Além disso, mais de 400 funcionários da Gasol estão no quadro permanente de doadores de sangue do Hemocentro, que abastece hospitais de todo o DF. Orgulhoso desse trabalho social, Antônio Matias diz que todos os empresários deveriam se preocupar em oferecer uma retribuição à cidade: "Fiz minha carreira em Brasília, por isso acho que devo investir aqui, ajudar as pessoas daqui. Isso é fácil, basta querer", avalia.

PARA AJUDAR

O projeto Casa do Saber precisa de gente para a triagem de livros doados. Informações:
3217-8585
800-61-4554

FOTOS: ANDRÉ ROCHA DANTAS

Antônio Matias: "Fiz minha carreira em Brasília, por isso acho que devo investir aqui, ajudar as pessoas daqui. Isso é fácil, basta querer"

QUER UM NOVO PLANO DE CARREIRA?

FILIE-SE AO SINDJUS,

para lutar por um plano de carreira adequado às nossas atribuições, com remuneração que corresponda à complexidade das nossas atividades.

KAROLINA VANESSA CARLOS VARJÃO
Analista - MPDFT
Filiada há três anos

EXTREMA

SINDJUS

CAMPANHA DE FILIAÇÃO 2008

QUER UM NOVO PLANO DE CARREIRA?

FILIE-SE AO SINDJUS,

que conhece a importância do nosso trabalho e sabe como nos apoiar em nossa luta.

JOÃO CARMELINO DOS SANTOS FILHO
Analista - TST
Filiado há dezoito anos

EXTREMA

SINDJUS

CAMPANHA DE FILIAÇÃO 2008